

Seth, Sanjay (2022). *História e Pós-Colonialismo. Ensaios sobre conhecimento ocidental, Eurocentrismo e Ciências Sociais*. Traduções de Rita Narra Lucas, Elisa Lopes da Silva, Marcos Cardão, José Miguel Ferreira e José Neves. Revisão de Miguel Cardoso. Lisboa: Imprensa de História Contemporânea, 278 p., ISBN: 978-989-8956-38-5, DOI: <https://doi.org/10.34619/wmsg-ryrm>

A obra, da autoria de Sanjay Seth, incorpora a compilação e tradução para português, de uma série de ensaios publicados, em inglês, no período compreendido entre 1995 e 2018. A publicação, que se encontra impressa, mas também disponível em formato digital e em livre acesso, traça o itinerário intelectual do seu autor, conforme é assumido na Introdução. Ela reflete a sua formação, o seu alinhamento ideológico, nomeadamente com correntes marxistas, e o seu realinhamento e interseção com as mais recentes tendências historiográficas identificadas como pós-coloniais.

Sanjay Seth, habitual colaborador do Instituto de História Contemporânea, entidade que edita a obra, assumido historiador e teorizador da História, assegura atividade letiva na área da Política ou dos Estudos Políticos, afirmando-se, contudo, avesso à *praxis* da Ciência Política *tout-court* ou ao guião das Relações Internacionais. É este alinhamento que conduz o seu excursus reflexivo sobre a natureza e as limitações das Ciências Sociais, a História incluída.

O autor, indiano por nascimento, mas com um percurso abrangente e internacionalmente reconhecido, depois de completar a sua formação em Sydney e Camberra, ocupou cargos na Universidade de Sydney e na Universidade La Trobe (Melbourne). Mudou-se para o Goldsmiths College, UK, em 2007, para assumir a cadeira de Política. É autor, entre outros, de *Subject Lessons – The Western Education Of Colonial India* (Duke University Press, 2006) e *Beyond Reason – Postcolonial Theory and the Social Sciences* (Oxford

University Press, 2020), mas também de *Marxist Theory and Nationalist Politics: The Case of Colonial India* (Sage Publications, 1995); *Subject Lessons: The Western Education of Colonial India* (Duke University Press, 2007), sendo ainda editor de *Postcolonial Theory and International Relations: A Critical Introduction* (Routledge, 2013). Os capítulos da obra agora em análise retomam tópicos e argumentos das obras que aqui se citam.

Os estudos compilados, nove no total, equitativamente distribuídos em três blocos que o autor justifica na Introdução, encontram-se publicados em revistas como *Comparative Studies in Society and History* (Cambridge University Press); *International Political Sociology* (Oxford University Press); ou *Third World Quarterly* (Routledge), entre outras.

Do ponto de vista formal, com inevitáveis reflexos no conteúdo, a obra merece alguns reparos: por um lado, o seu caráter compilatório é responsável por uma inegável fragmentação e por redundâncias argumentativas que reduzem a fluidez da leitura; por outro lado, sentem-se as várias «mãos» que com generosidade traduziram os textos, a despeito do trabalho de revisão efetuado.

Do ponto de vista do seu teor, a obra gira, e gira de facto, por vezes de forma algo redundante, em torno de alguns eixos, identificados ou subsumidos no título: o colonialismo é o primeiro desses eixos; os processos de globalização sob a égide do eurocentrismo o segundo. Estes eixos ativam três vertentes de discussão, também elas transversais aos vários capítulos, ainda que assumindo pesos diversos: Nacionalismo(s); Racionalismo(s) e Modernidade. Se as primeiras devem ser lidas no plural, e as práticas que envolvem revistas e superadas, o autor assume que a Modernidade, imposta por processos de colonização desenvolvidos na longa duração, se tornou transversal, para não dizer universal, na medida em que terá sido oficialmente adotada e assimilada, em meios académicos e políticos de todas as latitudes e continentes, afirmando-se, como tal, incontornável. Este é apresentado como um axioma, ou postulado, que o autor apresenta a contragosto, todavia assumindo-se como um partícipe dessa construção. Nem poderia ser de outro modo, assume o próprio, se considerarmos os meios académicos em que desenvolveu e desenvolve investigação e ensino...

O livro contém uma *Introdução*, dividida em duas partes, que apresentam e justificam, primeiro, o «mapa», a estrutura do livro, e depois a sua inserção no itinerário intelectual do seu autor, mas não uma *Conclusão*, ou sequer um *Posfácio*. Nem poderia, pois, como se disse, esta é uma compilação de trabalhos já publicados, organizados de forma nem sempre bem articulada ou suficientemente convincente. Assim acontece com os capítulos 1 e 2: *Mudando de Assunto, Mudando de Sujeito: Conhecimento Ocidental e a Questão da Diferença* e *Interpretando o Excesso Revolucionário: o Movimento Naxalita na*

Índia, 1967-1971, os quais se encontram integrados na *Primeira Parte*. Em limite, o livro dispensaria estes dois capítulos, que discutem apenas de forma muito marginal os dois conceitos centrais a que se dedica a *Primeira Parte: Pós-colonialismo e Estudos Subalternos*. A definição desses conceitos e a caracterização desses movimentos acaba por ser posterior a estes capítulos iniciais, o que cria algum débito de compreensão, em particular para estudantes ou para leitores menos familiarizados com esses movimentos. O 3º capítulo da *Primeira Parte*, breve mas incisivo, procede, de facto, a uma caracterização da essência epistemológica dos estudos pós-coloniais e dos estudos subalternos, articulando-os com a análise dos nacionalismos, com uma tónica de análise predominantemente centrada na Índia.

Este capítulo introduz já o tópico que o autor vai insistentemente prosseguir/ perseguir ao longo dos restantes estudos: o da Modernidade, visto como fruto do Colonialismo e do Capitalismo, sendo este visto, em simultâneo, como alavanca e como resultado dessa Modernidade, de essência comprovadamente eurocêntrica.

O Eurocentrismo, nas suas expressões múltiplas e plurais, será explorado na II Parte da obra, intitulada *Contra o Eurocentrismo*, título que não surpreende numa obra dedicada aos contributos dos estudos pós-coloniais. O capítulo com que abre esta componente «*Era cego e agora vejo*»: *Modernidade e Ciências Sociais*, poderia estar também na III Parte, dedicada aos *Limites das Ciências Sociais* e é, no nosso entendimento, o mais conseguido capítulo da obra, pela reflexividade conceptual e teórica que apresenta. Publicado em outros espaços, a sua versão original corresponde à lição inaugural proferida em Goldsmiths, Universidade de Londres.

Aí encontramos alguns dos axiomas do pensamento do autor, com os quais muitos dos seus leitores, não importa de que nacionalidade ou continente, se identificarão. Tomemos como exemplo, a reflexão segundo a qual

as formas de entendimento disponíveis nas ciências sociais, por mais variadas que possam ser, assentam sempre na tradução, para os nossos próprios termos, das explicações e formas de auto-entendimento daqueles que são objecto do nosso escrutínio. E, na verdade, não só traduzimos como substituímos, já que assumimos que as nossas descrições e explicações permitem um entendimento superior ao dos próprios (p. 119).

Este é o raciocínio que leva o autor a questionar a universalidade do conceito de «sociedade» e, por arrasto, o de Ciências Sociais que dele vive, pois tem na «sociedade» o seu objeto de estudo. A História, como disciplina,

é também vivamente escrutinada. Ainda que o autor se assuma como um praticante convicto, não deixa, todavia, de submeter a disciplina e os «historicismos» a uma dura análise crítica.

Esta orientação é explicada na apresentação da obra pelos editores:

porque tais conceitos e categorias, ao contrário do que tende a ser presumido pelas disciplinas que os empregam, não transcendem as suas particularidades históricas e culturais, precisamos de os submeter a uma crítica pós-colonial. Esta crítica implica, não a rejeição da História e das Ciências Sociais, mas o dever de, ao praticarmos as nossas disciplinas e ao mobilizarmos os nossos conceitos e categorias, cultivarmos um elevado sentido de auto-reflexividade (contracapa).

Esta corresponde, em essência, à hermenêutica de toda a obra....

Uma questão permanece, depois de termos escrutinadas, por vezes fustigadas, as práticas da História e de outras Ciências Sociais: quais as alternativas às nossas práticas como cientistas sociais ou do social (presunçosa etiqueta com que tendemos a identificar-nos)? A esta questão o autor não dá resposta, para além de sublinhar a necessidade de se desconstruírem modelos analíticos que o não são, porque lhes falta a universalidade, e que devem viver necessariamente da diferença, da especificidade, da relatividade.

Em relação à Modernidade, tratada no Capítulo 5, que define uma nítida continuidade com os anteriores, fornecendo respostas para as questões previamente colocadas, o autor enfatiza duas estratégias para lidar com o conceito e com as práticas interpretativas que o envolvem:

a estratégia de criar narrativas históricas da modernidade em que esta não surge como um produto meramente europeu, e a estratégia de pluralizar a modernidade, de modo a que a modernidade «europeia» ou ocidental surja como apenas uma de entre muitas formas ou variantes da modernidade (p. 147).

Aqui, o autor remete-nos para a existência de «modernidades alternativas» (p. 155). Encontramo-nos, indiscutivelmente perante um adepto do discurso pós-colonial, de que esta citação dá provas.

A obra está povoada de «clássicos» que pontuam o pensamento do Norte Global, mas não só: Bruno Latour, Claude Levi-Strauss, Jacques Derrida, Michel Foucault, Andre Gunder Frank, Edward Said, encontram-se entre eles, como referências, a par de uma panóplia de escritores indianos com os quais o autor familiariza os seus leitores. Se mais não fosse, esta obra

introduz no cardápio dos pensadores ocidentais, neste caso no universo português, propostas que integram outras leituras, alternativas porventura às tendencialmente eurocêntricas. E note-se que o ceticismo contido na palavra «porventura» nos é inculcado pelo próprio autor, que não considera a investigação e a literatura académica produzida no Sul Global isentas da inevitável «contaminação» de muitas formas de Eurocentrismos, ainda que alternativas sejam propostas e vivamente incentivadas. Com efeito, o leitor encontra nesta obra, a título exemplificativo, o pensamento de Dipesh Chakrabarty, Partha Chatterjee, Vinayak Chaturvedi, Gayatri Chakravorty Spivak, cujas obras nos conduzem através de itinerários alternativos, propostos, entre outros, pelos «estudos subalternos», em que a Índia pontua de forma assinalável.

Se, por fim, quiséssemos fazer a tentativa temerária de criar uma micro-conclusão onde ela não existe, poderíamos tomar, de novo, as palavras do autor:

O que distingue a crítica que elaboro aqui (...) é que ela procura ‘provincializar a Europa’ sistematicamente – num triplo sentido: desafiando a centralidade atribuída à Europa como fonte histórica e origem da ordem internacional; questionando a universalidade atribuída às perspectivas morais e legais que reflectem e reproduzem as relações de poder características do encontro colonial, e por isso longe de serem universais; e questionando o privilégio epistemológico atribuído a um entendimento do conhecimento que é cego ao papel constitutivo, e não apenas representativo, do conhecimento (p. 229).

AMÉLIA POLÓNIA
Universidade do Porto
amelia.polonio@gmail.com
<https://orcid.org/0000-0002-7798-6088>

